

### O passado e o presente no Tocantins: os grupos populacionais

De Oliveira, Thiago José Arruda; Rodrigues, Waldecy

Veröffentlichungsversion / Published Version  
Zeitschriftenartikel / journal article

#### Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

De Oliveira, T. J. A., & Rodrigues, W. (2016). O passado e o presente no Tocantins: os grupos populacionais. *Revista Desafios*, 2(2), 138-154. <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2016v2n2p138>

#### Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

#### Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

## **O PASSADO E O PRESENTE NO TERRITÓRIO TOCANTINENSE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS GRUPOS POPULACIONAIS**

*PAST AND PRESENT OF THE TOCANTINS TERRITORY: POPULATION GROUPS*

**Thiago José Arruda de Oliveira**

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo*

**Waldecy Rodrigues**

*Universidade Federal do Tocantins - UFT*

---

### **RESUMO**

O território é constituído por excluídos, grupos de pessoas que por algum motivo estão alheios ao processo produtivo. Identificar onde localizam estes grupos torna-se válido no sentido de compreender a dinâmica territorial. Analisa-se esta situação no Tocantins com o intuito de detectar os agrupamentos populacionais que não participam desta dinâmica. Para isso, utilizam-se informações provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que, por meio do Censo Demográfico de 2010, disponibiliza dados sobre a população brasileira. Os resultados apontam que os grupos étnicos historicamente explorados durante a ocupação europeia do solo brasileiro, como os negros e os índios, aglomeraram-se em locais distantes da BR – 153, o principal eixo dinâmico do Tocantins. Portanto, a atual estrutura territorial tocantinense é o reflexo dos embates ocorridos no passado, em que negros/pardos, índios e camponeses tinham pouco acesso aos rendimentos gerados pelas unidades produtivas, e assim, agrupam-se distantes do principal meio de ligação entre o Tocantins e o restante do país.

**Palavras-chave:** Território; Tocantins; Ocupação; Localização.

### **ABSTRACT**

Territories are composed of the excluded, groups of people who have been marginalized by production process somehow. To identify those groups and discover their location is important to comprehend territorial vitality. Therefore, this paper aims to detect the excluded groups within Tocantins state by using data of the demographic census determined by IBGE in 2010. It can be asserted that Afro-American and American-Indian, ethnic groups traditionally explored in Brazil, have settled remotely from the main federal road (BR-135), considered the most important development area of the state. Thus, the existing territorial structure in Tocantins can be seen as a result of clashes occurred in the past, in which Afro-American, American-Indian and peasants have not achieved significant access to profits of the production process. As a consequence, those groups have been driven off from the main development center which connects Tocantins to the rest of the country.

**Key words:** Territory. Tocantins. Occupation. Localization.

Recebido em 15/09/2014. Aceito em 19/11/2015. Publicado em 31/05/2016.

---

### **INTRODUÇÃO**

A apropriação espacial é um processo contínuo e cíclico, geralmente realizado por grupos populacionais culturalmente e fisicamente homogêneos. Os recursos físicos estão

limitados, e para assegurar a sua posse, originam-se embates, armados ou não, objetivando a dominação do espaço por um conjunto restrito de pessoas. Estas disputas simbolizam a história do lugar, assim constituindo-se o território, uma luta constante entre o passado e o presente.

As consequências destes conflitos giram em torno da marginalização social. Grupos específicos de indivíduos são expulsos em decorrência da dinâmica territorial vigente, não restando outra alternativa senão a procura de outros espaços. Esta migração forçada cria agrupamentos populacionais com características únicas. Geralmente seus indicadores socioeconômicos estão abaixo dos grandes centros e, sem oportunidades, restam, tão somente, os trabalhos que exigem baixa qualificação. Estas transformações e as diferenciações sociais são a base para a compreensão do território (ANDRADE, 1994).

O Estado do Tocantins tem como característica a heterogeneidade de sua população. Este aspecto se deve aos diferentes grupos populacionais que migraram para os seus domínios quando ainda pertencia ao Estado de Goiás. Na metade do século XX, a facilidade de acesso com a construção da BR – 153 impulsionou a vinda das frentes pioneiras do Centro Sul, modificando novamente a estrutura territorial e gerando conflitos com os residentes. Consequentemente, os outrora grupos dominantes agrupam-se em outras regiões, localizadas distantes dos centros dinâmicos. Este afastamento contribui para o agravamento dos problemas sociais no território tocaninense.

Diante de tais considerações, este artigo analisa a formação da estrutura territorial do Tocantins através da localização geográfica dos grupos populacionais. Justifica-se este estudo por tratar-se de um meio para compreender a formação do território tocaninense, utilizando-se, para tanto, informações provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que, por meio do Censo Demográfico de 2010, disponibiliza dados preciosos sobre a população brasileira. Destaca-se que a análise dos dados em comento é facilitada com a elaboração de mapas coropléticos pelo *Terraview*.

## **2. DA PAISAGEM AO TERRITÓRIO**

Considera-se paisagem tudo o que é visto e sentido, assumindo diferentes escalas a depender do tamanho da percepção. Resultado de constantes apropriações, atribui-se propósito ao tornar-se o local de relações sociais e acontecimentos históricos. Apesar dos

componentes transformadores serem os mesmos em todo o mundo, sofrem variações quantitativas e qualitativas de acordo com o lugar, surgindo, a partir daí, as diferenciações espaciais (SANTOS, 1979; SANTOS, 1994; SANTOS, 2008).

O espaço substitui a paisagem natural à medida que novas técnicas agrícolas e industriais dispersam-se, e complexas organizações sociais são cristalizadas. A sua duração depende da amplitude do impacto no meio ambiente. Por exemplo, o controle do fogo foi um evento de grande magnitude que garantiu a sobrevivência da espécie humana por milênios, sendo sucedido por técnicas modernas de geração de calor, como a combustão interna (POSSAMAI, 2007; SANTOS, 1994).

A análise do espaço parte da forma em que é visto – bairro, cidade ou rede urbana - e das atividades a serem desempenhadas, correspondendo a sua função. Não é possível separar os dois parâmetros, porém é necessário incluir a natureza histórica. Ademais, analisa-se o processo, que consiste no movimento contínuo das transformações espaciais, e a estrutura, tratando-se das contradições sociais e econômicas internas criadas a partir de disputas políticas, culturais e econômicas. Diante disso, o espaço torna-se local de dominação, obtendo *status* de unidade administrativa (CORRÊA, 1995; COSTA GOMES, 1995).

O espaço transforma-se em território quando adquire características de uma região. Desse modo, constitui-se de um corpo político-administrativo, submetido ao poder central ou exercendo a própria centralidade. Além disso, possui características exclusivas que o separa dos demais, mesmo mantendo relações econômicas e diplomáticas. Por meio deste critério, desconsideram-se os espaços vividos por comunidades autóctones da América, África e Oceania como regiões, por não exercerem interações sob um comando político, considerando-se, portanto, uma territorialidade, conceito a ser discorrido nos próximos parágrafos.

A formação de Estados-Nações, iniciada no final do século XVIII, é o marco jurídico do território. Nas Ciências Sociais, o conceito relaciona-se ao modo no qual se apropriam dos objetos em determinados espaços, bem como ao domínio em relação aos seus vizinhos (horizontalidade) e aos pontos distantes (verticalidade). Também se refere ao sentimento de exclusividade, limitação, área de vivência, reprodução e segurança dos seres vivos. No que tange aos seres humanos, os sentimentos são adquiridos (SANTOS, 1994; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

O território é o lugar onde acontecem as ações, paixões, poderes, forças, fraquezas, isto é, a história e as manifestações de existência humana. Os “dramas” do mundo, da nação, da região, da cidade e do bairro, do local de trabalho e residência, além dos problemas

pessoais e espirituais, são as categorias de análise territorial. Com a intensificação das trocas comerciais, o território ganhou um novo objeto, o dinheiro, um meio de dominação eficiente que gera desigualdades entre os grupos sociais, infringindo o direito à cidadania (SANTOS, 2007).

Território e poder estão interligados, criando a territorialidade, que é o sentimento de pertencimento. Como as disputas geram conflitos, a ascensão de um provoca desterritorialidade dos demais, conforme observou-se nas áreas indígenas do Novo Mundo. A expansão territorial modifica drasticamente a cultura local e o modo de produção, sendo um processo contínuo (ANDRADE, 1994).

As novas territorialidades, ou re-territorialidades, são formadas e transformadas em todas as partes, seja sobre os escombros da desterritorialidade, da luta de classes ou do consumo em massa. Os territórios encontram-se fragilizados, estando sujeitos às invasões. A moderna infraestrutura de transporte e telecomunicação facilitam este processo ao dinamizar o movimento de pessoas, alimentos, manufaturas e serviços, formando redes de território (NEVES, 1994; SANTOS e SILVEIRA; 2001).

O contexto geográfico perde importância em virtude do “ciberespaço”, que é a virtualização da presença humana, capaz de gerar manifestações concretas em diferentes momentos e locais. Todavia, a sua participação é unilateral, inexistindo um “ciberespaço” unificado e válido para todos, provocando a exclusão de uma parte da sociedade neste processo. Num mundo dito globalizado, o acesso democrático ocorrerá quando todos vivenciarem as múltiplas escalas do território-rede (HAESBAERT, 2007).

Nem todos os habitantes conseguem inserir-se, gerando desigualdades internas. No Brasil, as regiões Sul e Sudeste estão incluídas na dinâmica global, enquanto que partes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão à margem deste processo. De modo geral, todo o território brasileiro é marcado pelas diferenciações sociais, independente da escala geográfica.

### **3. BASE EMPÍRICAS**

#### **3.1 Índios, mineradores e afrodescendentes**

Antes do século XVII<sup>1</sup>, duzentos grupos indígenas habitavam o que atualmente corresponde o estado do Tocantins. Nesta centúria, poucas etnias sobreviveram ao processo

---

<sup>1</sup>A primeira viagem no vale do rio Tocantins, comandada por Bartolomeu de Barreiros de Ataíde no ano de 1644. Objetivava expandir a atividade pecuarista até a região das Terras Novas, na confluência dos rios Paranã e

de colonização. Destacam-se os Apinajés<sup>2</sup> e os Karajás, que têm uma história de intenso conflito com as guarnições militares e as missões religiosas; os Krahôs<sup>3</sup>, que eventualmente faziam alianças com os fazendeiros oriundos do Piauí, apesar de não durarem por muito tempo; e, por fim, os Xerentes<sup>4</sup> (GIRALDIN, 2002; SILVA, 2010).

Nos séculos XVII e XVIII, iniciam-se as incursões no interior do Brasil à procura do Sarabuçu<sup>5</sup>, proporcionando o contato entre os aventureiros e os índios. Com a descoberta das minas de ouro na atual microrregião de Dianópolis/TO, os índios foram empregados como escravos, apesar de possuírem a produtividade abaixo da expectativa do colonizador (PARENTE, 2007).

Sob a proteção dos missionários, a população indígena foi substituída pelos negros africanos. Apesar desta mudança, poucas tribos conseguiram sobreviver ao processo de ocupação produtiva no futuro Tocantins. Atualmente, confinam-se em reservas protegidas por lei como Xerente, Funil e Kraolândia, sendo que menos de um por cento da população tocanтинense vive nestas terras<sup>6</sup>.

Diante desta perda, os índios fazem parte da história deste Estado. No caso de Dianópolis, fundada pelo padre Gabriel Alves em 1752, agrupou-se tribos da região em torno da capela de São José. Este povoado foi palco de assassinatos, sendo pacificado em 1884 sob a condição de vila, e tornando-se município em 1983. No vale do Tocantins, a grande presença indígena atraiu os missionários. Em pouco tempo, surgiu o povoado que hoje é a cidade de Pedro Afonso (LIRA, 2010; RODRIGUES, 2001).

As relações conflituosas entre índios e aventureiros também originaram uma das maiores cidades do Tocantins: Porto Nacional. O ataque dos nativos fez com que os colonos se aglomerassem em torno da casa do barqueiro português Félix Camoa. A partir disso, inicia-se o processo de povoamento desta margem do rio Tocantins, que passou a ser chamada de Arraial Novo de Porto Real de Pontal (LIRA, 2010).

---

Palma, no atual município de Paranã – microrregião de Dianópolis (TEIXEIRA, 2009). A procura do ouro, pelo menos explicitamente, não foi o principal motivo da realização de tal aventura. Contudo, suspeita-se desta causa, pois desde o início do Brasil-Colônia, os exploradores portugueses procuravam localizar as minas de ouro.

<sup>2</sup> O termo Apinajé não é uma denominação desta etnia. Os exploradores que criaram tal nomeação (SILVA, 2010).

<sup>3</sup> Atualmente é uma das etnias mais inseridas no convívio da comunidade nacional (SILVA, 2010).

<sup>4</sup> O território Xerente localiza-se acerca de setenta quilômetros ao norte de Palmas. A aldeia Tereza Cristina, hoje Tocantínia, foi palco de tensão entre os índios e a população não indígena (SILVA, 2010).

<sup>5</sup> É como os índios chamavam a montanha de ouro que estava localizada no interior do Brasil. Esta lenda aumentou a obsessão de Portugal pelo metal precioso (FIGUEIREDO, 2012).

<sup>6</sup> Censo Demográfico do IBGE – 2010.

Em meados do século XX, a abertura da rodovia BR – 153 possibilitou novos conflitos entre índios e não índios. A estrada passava por áreas habitadas por tribos hostis que saqueavam os acampamentos e atacavam os funcionários da obra. Antes inacessíveis, as terras tornaram-se alvo de apropriação. No ano de 1984, os índios Apinajés da microrregião do Bico do Papagaio perderam as suas terras cobertas pelos babaçuais para beneficiar empreendimentos agrícolas sob a chancela de políticos locais. Atualmente, a maior parte deles sobrevivem em demarcações protegidas (SOUZA, 2002; LOUREIRO, 1992).

Não obstante os massacres e expulsões, o tocaninense carrega a herança indígena, vivendo nas cidades que levam a história de conflitos entre os povos. A cultura negra/africana também se fez presente nos embates, deixando o seu legado no Estado. Por dominar a técnica da mineração, conhecimento herdado há quatro mil anos, foram empregados como escravos nas minas durante o ciclo do ouro, sob condições de trabalho deploráveis, sendo comumente encontrados na microrregião de Dianópolis. As fugas e a formação de quilombolas colaboraram para a formação de cidades como Chapada da Natividade e Monte do Carmo<sup>7</sup> (SILVA, 2010; PARENTE, 2002; TEIXEIRA, 2009).

Sem poder contar com os benfeitores, a população negra sofria com o trabalho nas minas. O índice de mortalidade era alto, aumentando cada vez mais a demanda por escravos africanos. Com o fim do ciclo do ouro, muitos foram remanejados para a pecuária, atividade que exige poucos trabalhadores, o que acarretou na diminuição pela procura desta parcela da população (SALLES, 2002).

A Lei Áurea extinguiu a escravidão no Brasil em 1888. Os poucos que conseguiram sobreviver ao duro processo de exploração econômica continuaram a viver na região, criando as suas famílias em comunidades quilombolas remanescentes, reconhecidos pelo estado do Tocantins.

### **3.2 Os pecuaristas do Nordeste**

Outro grupo populacional que fez parte da formação do Tocantins são os nordestinos. Com o ouro cada vez mais difícil de ser extraído, os colonos migravam para outras regiões do país, abandonando os vilarejos e as terras. Os criadores de gados, que antes abasteciam as minas, passaram a aproveitar da disponibilidade de pastos para aumentar o seu rebanho. Com

---

<sup>7</sup>Localidade com abundância de ouro, administrada inicialmente pelo Padre Gama que, junto com o seu braço direito, Pai Lourenço, comandou mil escravos nas lavouras e minas. Elevada a condição de município no ano de 1964 (SILVA, 2010).

o avanço da pecuária, fazendeiros oriundos do Maranhão e Piauí, impulsionados pelas péssimas condições de vida na sua região, atravessaram o rio Tocantins em busca de campos de pastagens. Todavia, roubo de gado, saques e assassinatos eram frequentes<sup>8</sup> (RODRIGUES, 2001).

O rio Tocantins era o principal canal de escoamento da carne e couro produzido na região. Logo, Porto Nacional tornou-se o principal ponto de embarque das navegações que rumavam para Belém. Estabelecendo contato com outras partes do país, recebiam migrantes que procuravam trabalhar no comércio e na navegação. A maioria vinha do Maranhão, Piauí e Bahia<sup>9</sup> (FLORES, 2009; OLIVEIRA, 2002).

O vale do Araguaia também recebeu quantidades significativas de maranhenses, piauienses e baianos. Apesar da ausência de dados demográficos referentes ao século XIX, os nordestinos representam o grupo populacional mais significativo nos primeiros séculos de ocupação desta região. A presença do “falar” nordestino na conversação do tocaninense é evidente, principalmente na microrregião do Bico do Papagaio, na confluência entre os rios Araguaia e Tocantins (OLIVEIRA, 2007).

Entre 1830 e 1930, a pecuária tornou-se uma atividade tão importante que os criadores de gados ficaram conhecidos como “coronéis”. Estes comandavam grandes áreas, e frequentemente ocupavam cargos públicos, pouco fazendo para os necessitados em épocas comuns, sendo lembrados na época da eleição, como fornecedores de votos (TEIXEIRA, 2009).

Assim, os territórios “coronelistas” cresceram, localizados principalmente nas proximidades de Porto Nacional, Tocantinópolis e Dianópolis. Registram-se violentos combates entre os coronéis e seus jagunços, considerados como verdadeiras guerras civis, perpetuando ao longo dos meses. Destaca-se a luta de cinco anos em Boa Vista de Padre João, atual Tocantinópolis<sup>10</sup>. Esta localidade surgiu com a vinda de fazendeiros oriundos de Pastos Bons/MA que, impressionados com a fertilidade do solo e a quantidade de madeira, resolveram instalar-se na região e fundaram esta vila (LIRA, 2011; TAMBA, 2009).

### 3.3 As frentes pioneiras

---

<sup>8</sup> A região de Pedro Afonso recebeu a vinda de fazendeiros maranhenses e piauienses, progredindo a região até 1913, quando cangaceiros baianos destruíram a localidade, erguendo-se apenas em 1930 (RODRIGUES, 2001).

<sup>9</sup> 33 maranhenses, 224 piauienses, e 131 baianos migraram para Porto Nacional no ano de 1872 (OLIVEIRA, 2002).

<sup>10</sup> O livro “O tronco”, do escritor goiano Bernardo Elis, foi baseado em uma batalha entre coronéis ocorrida na vila de São João do Duro, atual Dianópolis.



O avanço da agricultura mecanizada, a partir da década de 1960, não mudou as relações de poder no então norte goiano. Os donos dos latifúndios ocupavam cargos públicos e retornavam ao sistema “coronelistas”. Observa-se este cenário em Araguaína, a segunda maior cidade do Tocantins. Outrora território da etnia Karajá, foi ocupado por imigrantes piauienses no ano de 1876, dedicando-se inicialmente ao cultivo de cereais de subsistência. Em 1925, ganhou um novo impulso com a chegada de novas famílias, passando a chamar de Lontra. Com a chegada da BR – 153 e de agricultores do Centro Sul, muda-se de nome definitivamente para Araguaína, e torna-se um dos maiores núcleos urbanos do futuro Tocantins na década de 1970(SILVA, 2010).

Na década de 1980, as lideranças políticas de Araguaína estavam se articulando para a criação do Estado do Tocantins. Conseguiram cumprir este objetivo com a promulgação da Constituição de 1988, que colocou em bases legais a formação desta nova Unidade. Realizados, os políticos locais iniciaram o processo de articulação em Brasília para decidir qual cidade iria se tornar a sede do poder estadual. Inesperadamente, Miracema, no vale do Tocantins, é escolhida como a capital provisória. A população araguainense revolta-se com a decisão, bloqueando a BR – 153 e enterrando simbolicamente José Wilson Siqueira Campos, governador do novo Estado (LIRA, 2011; SILVA, 2010).

A história poderia ser diferente, pois certamente Araguaína seria a capital do Tocantins. Todavia, tinha problemas estruturais complexos, impossibilitando a instalação do aparato público e a inevitável expansão urbana. Apesar desta derrota, este município representa a "força" das cidades da BR - 153, remodelando o perfil do tocantinense (SILVA, 2010).

O poder político das cidades nasceu no campo. Os militares, que assumiram o poder no ano de 1964, pretendiam desenvolver a agricultura por meio de empréstimos para os latifundiários. O objetivo era ocupar produtivamente os espaços “vazios” existentes no norte do país, facilitando a vinda de grandes contingentes populacionais. Na microrregião do Baixo Araguaia Goiano, que atualmente engloba alguns municípios da microrregião de Rio Formoso/TO e Miracema/TO, teve um incremento de 132% em sua população, passando de 36.275 habitantes em 1970, para 84.087 em 1980. Uma parte destes migrantes veio dos estados do Sul e Sudeste para trabalhar na lavoura. Com linhas de financiamento, domínio da tecnologia e disponibilidade de terras a preços baixos, logo estavam produzindo nas terras tocantinenses (OLIVEIRA, 1983).

Entretanto, os projetos de colonização agrícola não se estabeleceram na região com a mesma intensidade observada nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A exceção é o Projeto Rio Formoso, na microrregião de mesmo nome. O empreendimento agrícola consistia em utilizar as águas da bacia deste rio para a irrigação das culturas de arroz, soja e milho. Agricultores do Rio Grande do Sul migraram para esta região, trabalhando nas terras irrigadas (ARBUÉS, 2002; LIRA, 2011).

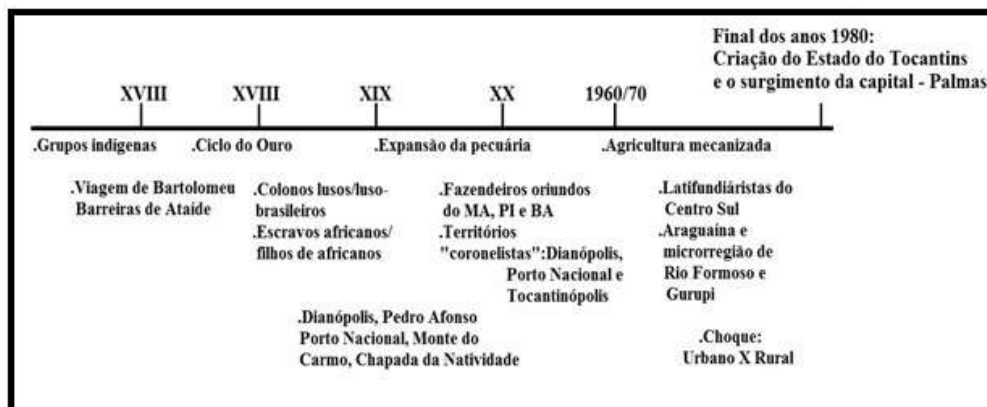
Além da transformação agrícola e urbana da região, ocorreram algumas mudanças sociais, tais como a construção da escola de Canuanã, da Fundação Bradesco, em Formoso do Araguaia. No ano de 1973, um grande fazendeiro oriundo do Estado de São Paulo, com a ajuda de capital privado (Banco Bradesco), percebendo a falta de escolas na região, transformou parte de sua propriedade em um internato estudantil para atender a população local carente (SHULTZ, 2010).

Enquanto as áreas abertas pela BR-153 experimentavam o avanço das técnicas agrícolas advindas do Centro Sul e a consequente expansão urbana, as microrregiões ocupadas durante o ciclo do ouro e da pecuária, tais como Dianópolis e Jalapão, permaneciam no modo rural tradicional. Entre os anos de 1970 e final de 1990, o futuro Tocantins experimenta a mudança de costumes e tradições sertanejos para o “corre-corre” da vida urbana, a valorização da terra e o aumento significativo de colonos sulistas nas áreas agrícolas (AQUINO, 2002).

No final dos anos 1980, o Estado do Tocantins finalmente é formado. Todavia, a absorção de novas culturas não cessa. A criação de uma capital planejada – Palmas - atraiu migrantes de todas as partes do país, dando prosseguimento a este processo. A próxima figura sintetiza esta trajetória.

**Figura 1 - Linha do tempo – os impactos dos grupos populacionais que participaram do processo de formação do Tocantins.**

*Figure 1 - Timeline - the impact of population groups participated in the Tocantins training process.*



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que ao longo de três séculos surgiram cidades na medida em que grupos populacionais aportavam no futuro Estado. A introdução de novas técnicas de produção trouxe mudanças territoriais, alterando as relações de poder. Contudo, os grupos populacionais antigos continuaram habitando esta região, inserindo-se, de algum modo, na dinâmica socioeconômica do Estado.

#### 4. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

Analisa-se a distribuição dos grupos populacionais que fizeram parte da formação do Tocantins utilizando o percentual de residentes, que é a relação entre o número de pessoas do grupo específico sobre a população total do município. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do Censo Demográfico ano 2010, disponibiliza estes dados. O quadro a seguir expõe os parâmetros a serem analisados:

**Quadro 1- Grupos populacionais analisados no Tocantins – 2010.**

*Table 1 - Population groups analyzed in Tocantins - 2010.*

<b>Grupo Populacional</b>	
<b>Origem étnica - minorias</b>	Indígena
	Negro/Pardo
<b>Origem regional</b>	Nordeste (BA, PI e MA)
	Centro Sul (RS, SC, PR, SP e MG)
<b>Local de moradia</b>	Rural

Fonte: Elaboração própria.

O objetivo desta metodologia é observar onde se concentra o legado étnico dos índios e escravos, utilizando como base o percentual de indígenas e negros/pardos. No parâmetro “origem regional”, pretende-se analisar os grupos estaduais que continuam presentes no Estado do Tocantins. Entre os nordestinos, opta-se apenas pelos baianos, piauienses e maranhenses devido à participação histórica no processo de ocupação do espaço tocaninense. Em relação à população oriunda do Centro Sul, exclui-se aqueles que nasceram no Rio de Janeiro e Espírito Santo, pois estes não possuem tradição agrícola. Por fim, a história mostra

que o Tocantins nasceu e cresceu no meio rural. Portanto, analisa-se o percentual de pessoas que vivem no campo.

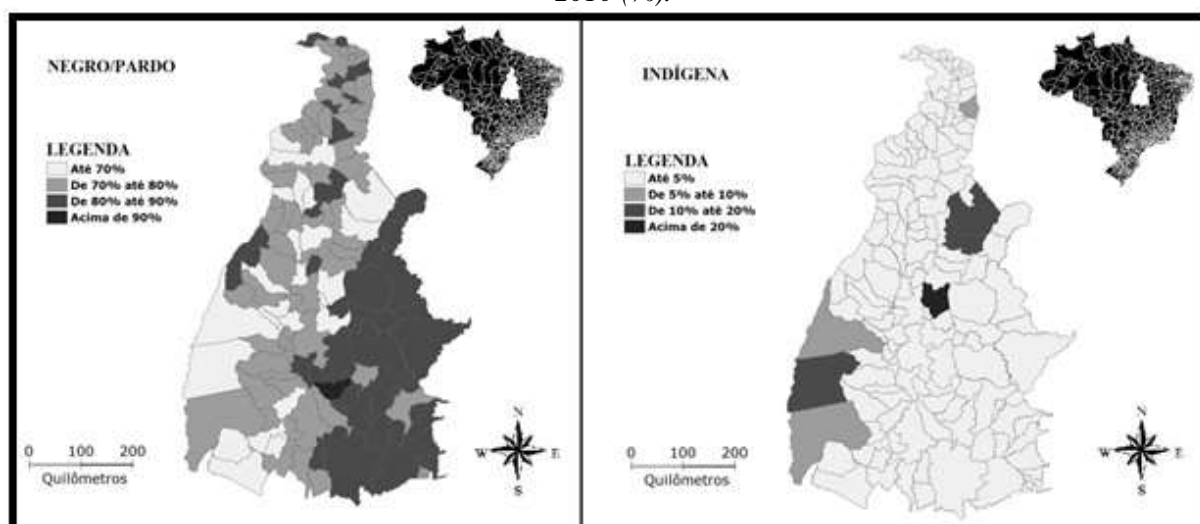
O programa utilizado para a geração de mapas coropléticos é o Terraview. Este *freeware* consegue, por meio de um banco de dados, transportar as informações para um *shape file*, no caso o Estado do Tocantins<sup>11</sup>, permitindo visualizar a distribuição espacial dos parâmetros analisados em escala municipal.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município com maior percentual de negros/pardos é Santa Rosa<sup>12</sup>, na microrregião de Dianópolis, e de indígenas, em Tocantínia, na microrregião de Porto Nacional. O primeiro foi fundado durante o ciclo do ouro, próximo à localidade de Chapada de Natividade. O segundo possui a maior parte de sua área coberta pela Reserva Indígena Xerente. O próximo mapa ilustra a distribuição espacial destes dois grupos populacionais.

**Figura 2 - Distribuição espacial da população negro/pardo e indígena no Estado do Tocantins – 2010 (%).**

*Figure 2 - Spatial distribution of black / brown and Indian population in the State of Tocantins - 2010 (%).*



Fonte: Censo demográfico – IBGE/2010. Elaboração própria.

A maior parte da população negra/parda concentra-se na mesorregião oriental do Tocantins, precisamente nas microrregiões do Jalapão, Porto Nacional e Dianópolis. São áreas

<sup>11</sup> Disponibilizado no *site* do IBGE.

<sup>12</sup> O município antes fazia parte da propriedade rural do Pe. José Bernadino, de origem africana. Trouxe muitos escravos para trabalhar na propriedade, que mais tarde passaram a povoar envolta da capela de Santa Rosa, originando este município (IBGE, 2013).

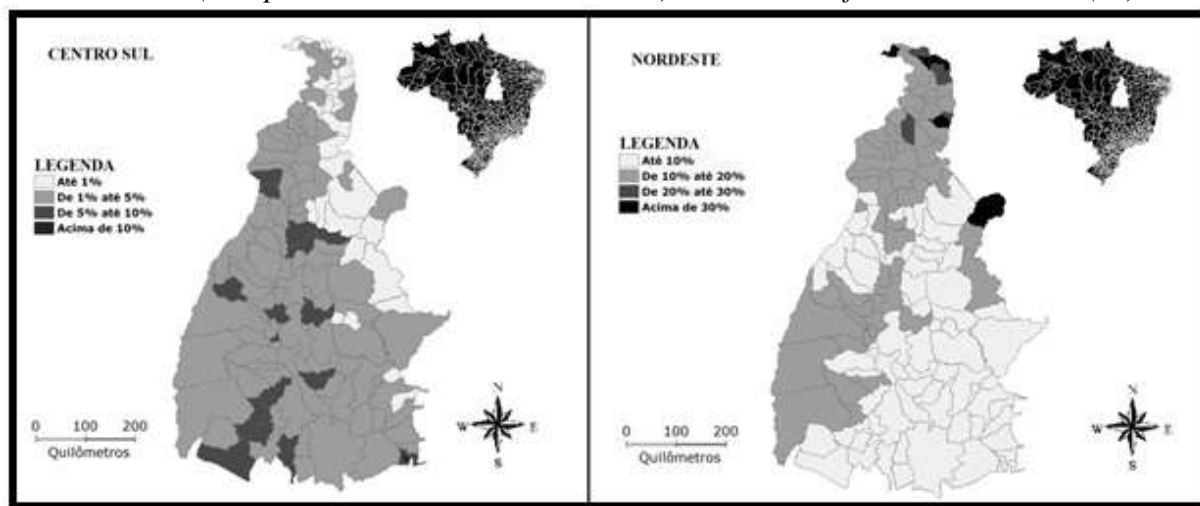
que prosseguem na pecuária de subsistência e com alguma atividade mineral extraída nos municípios de Natividade e Arraias.

Em relação aos indígenas, estes se confinam em reservas, tais como a citada Xerente, em Tocantínia. A maior em extensão é a Terra Indígena Parque do Araguaia, englobando os municípios de Pium, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, na Ilha do Bananal. A Reserva Indígena Krahô, entre Itacajá e Goiatins, no nordeste do estado, é outra área de concentração, assim como a Reserva Indígena Apinajé, em Tocantinópolis, no Bico do Papagaio.

A próxima figura ilustra a distribuição espacial por região de origem. A maior presença de pessoas oriundas do Centro Sul encontra-se no pequeno município de Combinado, na microrregião de Dianópolis que, devido à proximidade com Goiás, é habitado por migrantes vindos deste estado. A maioria dos nordestinos vive em São Miguel do Tocantins, na microrregião do Bico do Papagaio, próximo a Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão. A próxima figura ilustra esta distribuição.

**Figura 3 - Distribuição espacial da população Centro Sul (exceto RJ e ES) e Nordeste (exceto CE, RN, PB, PE, AL e SE) no Estado do Tocantins – 2010 (%).**

*Figure 3 - Spatial distribution of the population Centro Sul (except RJ and ES) and Northeast (except CE, RN, PB, PE, AL and SE) in the State of Tocantins - 2010 (%).*



Fonte: Censo demográfico – IBGE/2010. Elaboração própria.

A população do Centro Sul se dispersa no espaço tocantinense. No extremo norte e nordeste do Tocantins é onde se aglomeram as poucas pessoas que vieram dos estados desta grande região. Os únicos pontos que detectam alguma concentração espacial é no sul, próximo à divisa com Goiás: Araguaçu, Cariri, Figueirópolis e Gurupi; e no meio norte, Arapoema, Bernardo Sayão, Santa Maria, Guaraí, Fortaleza do Taboão e Tupirama.

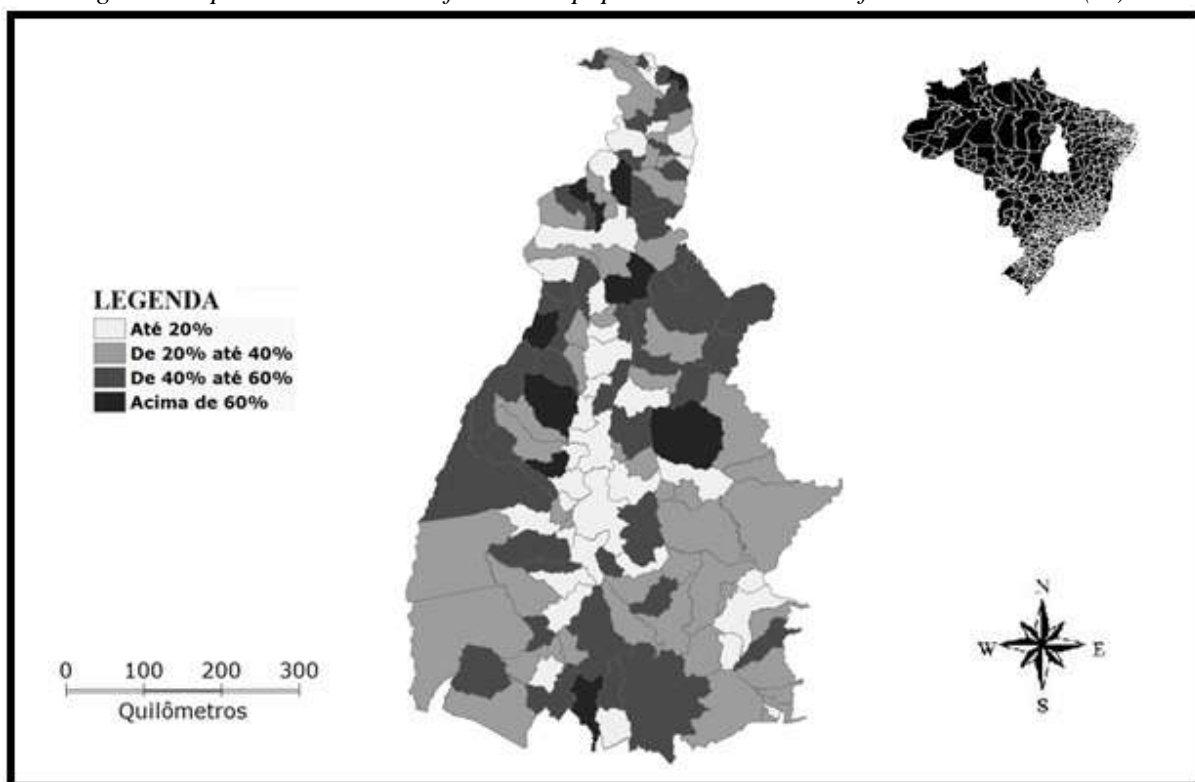
Em alguns municípios na divisa com o Estado do Maranhão, observa-se a presença significativa (acima de 30%) de nordestinos em Campos Lindos, Palmeiras, Esperantina, Praia Norte, Augustinópolis, Axixá e Sítio Novo, todos estes localizados na microrregião do Bico do Papagaio.

Esperava-se que o grupo do Centro Sul se concentrasse em áreas de grande produção agrícola, principalmente na microrregião de Rio Formoso e Gurupi. Contudo, observa-se fraca presença destes habitantes em todo o Tocantins. Em relação aos nordestinos, nota-se a sua presença de forma significativa apenas nos municípios localizados próximos a Imperatriz/MA. No restante do Estado, não se verifica a concentração dos nordestinos como em séculos atrás.

Por último, analisa a distribuição da população rural. O município de Monte Santo é aquele com maior presença de moradores do campo por ser a sede do distrito rural de Campina Verde, um aglomerado de tamanho similar a sede municipal. O segundo em população rural, São Miguel, é constituído por apenas um distrito, que é a sede municipal, tratando-se de uma localidade com concentração de pessoas do campo, destacando as quebradeiras de coco babaçu.

**Figura 4 - Distribuição espacial da população rural no Estado do Tocantins – 2010 (%).**

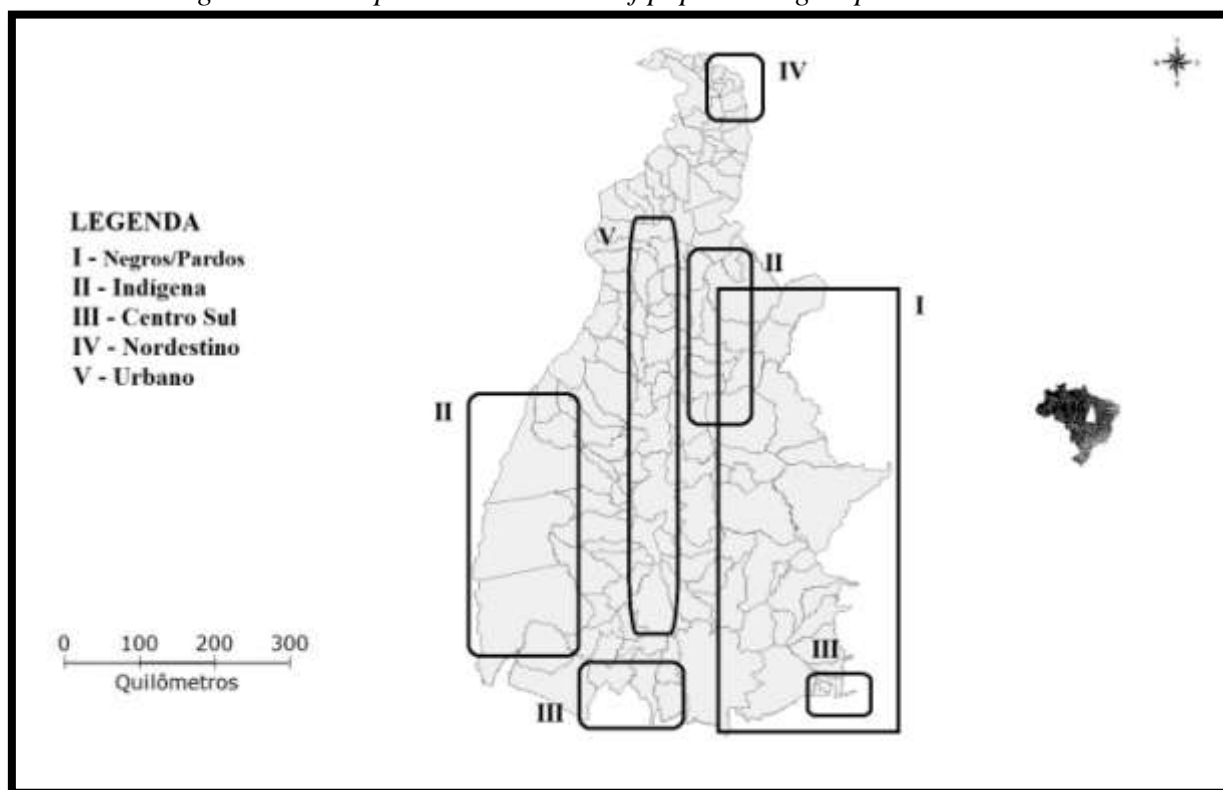
*Figure 4 - Spatial distribution of the rural population in the State of Tocantins - 2010 (%).*



Fonte: Censo demográfico – IBGE/2010. Elaboração própria.

Existem menos pessoas vivendo na área rural ao longo do trajeto da BR-153, formando um corredor. Esta é uma evidência de como a rodovia transformou o espaço tocantinense. Por outro lado, nas divisas estaduais, percebe-se que o meio rural continua bastante presente, principalmente ao longo do rio Araguaia até o município de Araguaína, bem como nas localidades históricas do ciclo do ouro, até o Bico do Papagaio. O próximo mapa sintetiza todos os resultados analisados.

**Figura 5 - A distribuição espacial dos grupos populacionais no Tocantins - 2010.**  
*Figure 5 - The spatial distribution of population groups in Tocantins - 2010.*



Fonte: Elaboração própria.

A presença é maciça apenas dos negros/pardos no espaço tocantinense. Contudo, localizam-se em municípios produtivamente marginalizados, situados na microrregião de Dianópolis e Jalapão. Os indígenas sobrevivem apenas nas localidades onde hospedam as áreas de proteção. Por fim, os grupos estaduais se concentram na divisa estadual.

O Tocantins urbano e moderno situa-se fora das áreas mencionadas. Trata-se de um espaço abrangido pela rodovia BR-153. De história recente, é onde se concentra a maior parte da população e da produção tocantinense. Nota-se que nenhum grupo populacional é representativo nesta faixa, demonstrando a sua heterogeneidade demográfica.

## **6. CONCLUSÃO**

O espaço tocaninense, antes ocupado pelos índios, tornou-se um território de disputa quando mineradores e escravos apropriaram-se dos recursos naturais. Após a derrocada do ouro, pecuaristas nordestinos apoderam-se das terras, reiniciando os conflitos. O solo é novamente objeto de conflito com a vinda das frentes pioneiras oriundas do Centro Sul do país. Diante de tais embates, é notório que existam grupos populacionais marginalizados no Tocantins.

A metodologia adotada permitiu a visualização geográfica destes agrupamentos, destacando a grande presença de negros/pardos nas microrregiões de Dianópolis e Jalapão, e de indígenas nos municípios onde existem demarcações protegidas por lei. As pessoas de outras Unidades da Federação aglomeram-se nas fronteiras, enquanto que a maior parte do campesinato reside longe dos centros urbanos.

Esta pesquisa conclui que os grupos étnicos historicamente explorados durante a ocupação europeia do solo brasileiro, como os negros e índios, aglomeram-se em locais distantes da BR-153, o principal eixo dinâmico do Tocantins, localizando-se principalmente nas microrregiões conhecidas pelos problemas sociais e estruturais. Isto demonstra que o território tocaninense excluiu os antigos residentes, confinando-os em determinadas delimitações geográficas.

Portanto, a atual estrutura territorial é o reflexo dos embates ocorridos no passado, onde negros/pardos, índios e camponeses possuíam pouco acesso aos rendimentos gerados pelas unidades produtivas, e assim, agrupam-se distantes do principal meio de ligação entre o Tocantins e o restante do país.

Recomenda-se para os próximos estudos analisar as condições socioeconômicas dos habitantes das microrregiões fora do trajeto da BR-153. Trata-se de regiões que necessitam de atenção especial por parte dos acadêmicos, gestores e formuladores de políticas públicas. O intuito desta pesquisa é procurar modos viáveis para inserir os residentes no dinamismo econômico do Tocantins.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidade: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.



- (organizadores). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.199-213.
- AQUINO, N. A. de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1998). In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; COSTA GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia, conceitos e tema*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA GOMES, P.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; COSTA GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia, conceitos e tema*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FIGUEIREDO, L. *Boa ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810): a cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- FLORES, K. M. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: Ed. UCG, 2009.
- GIRALDIN, O. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- HAESBAERT, R. Concepção de território para entender a desterritorialização. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Cap3.
- LIRA, E. O. *A construção da UHE de Lajeado e os impactos sócio-territoriais no espaço urbano de Porto Nacional – TO*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas/TO, 2010.
- \_\_\_\_\_, E. R. de. *A gênese de Palmas – Tocantins: a geopolítica de re(ocupação) territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Kelps, 2011.
- IBGE. *Censo demográfico – 2010*. Extraído em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acessado em 23/12/2013.
- LOUREIRO, V. R. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992.
- NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (organizadores). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.270-283.
- OLIVEIRA, A. E. de. *Ocupação Humana*. In: SALATI, E.; organizador. *Amazônia: Desenvolvimento e Integração*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_, M. de F. Um porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- \_\_\_\_\_, A. M. de. *Falar do Bico do Papagaio – Tocantins: um estudo descritivo fonético articulatório*. Tese (Doutorado em Letras). Niterói/RJ: UFF, 2007.
- PARENTE, T. G. *Fundamentos teóricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2007.
- POSSAMAI, T. O discurso da modernidade no contexto da produção do espaço. In: SHEIBE, L.F. ;DORFMAN, A. (organizadores). *A natureza do Espaço*. Florianópolis: Boitex, 2007.
- RODRIGUES, L. *O rio dos Tocantins*. Palmas/TO: Ed. Alexandre Acampora, 2001.
- SALLES, G. V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: UFG, 1992.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 344p.

- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: Santos M.; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Cap1.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.
- SCHULTZ, E. A. D. *Educação e desenvolvimento do campo no estado do Tocantins :a escola do campesinato versus a escola do agronegócio*.Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas/TO: UFT, 2010.
- SILVA, R. R. da. *Elementos e dados da história do Estado do Tocantins*. Goiânia: PUC Goiás, 2010.
- SOUZA, S. M. de. Belém-Brasília: Abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) 1958 – 1975. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- TAMBA, F. T. *Avaliação dos impactos econômicos e sociais dos projetos de assentamentos rurais no desenvolvimento do município de Araguatins* .Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas: UFT, 2009.
- TEIXEIRA, M. do C. dos S. *Crescimento, desenvolvimento econômico e capital social: um estudo de caso da região do Sudeste do Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Palmas/TO: UFT, 2009.

---

### **Thiago José Arruda de Oliveira**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2010), Mestre em Desenvolvimento Regional pela mesma universidade (2012) com período sanduíche na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/CEDEPLAR, e pesquisador bolsista pela CAPES no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (nível doutorado) em Toledo.

E-mail: [thiago.arruda85@gmail.com](mailto:thiago.arruda85@gmail.com)

Endereço: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Rua da Faculdade Jardim La Salle CEP: 85903000 - Toledo, PR – Brasil

### **Waldecy Rodrigues**

Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) com mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Doutorado em Ciências Sociais - Estudos em Desenvolvimento Comparado - (UnB) e Pós-Doutorado em Economia (UnB). Atualmente é Professor Associado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (Bionorte) e Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: [waldecy@uft.edu.br](mailto:waldecy@uft.edu.br)

Endereço: Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas - TO / Departamento de Economia. Av. NS 15 (Saída para Paraíso) Alameda C No 14 Bloco II Centro, 77020210 - Palmas, TO - Brasil